

105

Vidigal apóia a emenda sobre livre negociação

Do serviço local e da sucursal

A emenda ao projeto de lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, apresentada pelo senador Jutahy Magalhães (PDS-BA), estabelecendo que os acordos entre empregados e empregadores prevaleçam sobre os dispositivos legais aplicáveis à correção automática de salários, foi considerada de extrema importância pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho. Em sua opinião, a iniciativa do senador balança, além de visar à manutenção do nível de emprego, estimula a negociação direta entre as partes, beneficiando-as, quer com uma possível garantia de emprego, quer com a diminuição do risco de quebra das empresas.

O presidente da Fiesp acrescentou que a emenda aumenta a margem de entendimento entre empregados e empregadores, que com a antiga lei era muito restrita. Segundo ele, a flexibilidade proporcionada pela emenda possibilitará às empresas evitar a redução de pessoal, na medida em que os sacrifícios poderão ser divididos entre as partes. "Se nos anos anteriores houvesse a possibilidade de as empresas manterem seus empregados, com as despesas rateadas, um número razoável de dispensas teria sido evitado. Somente no Sesi — Serviço Social da Indústria — cerca de 700 profissionais poderiam ter sido mantidos em seus empregos", afirmou.

Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho disse, também, não ter dúvidas de que as partes têm condições de negociar diretamente, acrescentando que, apesar de considerar a lei de greve muito rígida e ter certeza de que sua revisão será feita em breve, não há uma relação direta entre essas coisas.

Também o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, disse que, "com as emendas, a CLT vai cair na realidade". No entender do empresário, a iniciativa "é bastante salutar, pois favorece a livre negociação entre as partes e dá uma saída para evitar-se o desemprego". Guilherme Afif Domingos acrescentou que, por meio das negociações, os trabalhadores poderiam garantir seus empregos, sem que os efeitos da rigidez da lei salarial comprometessem as em-

presas: "Se os índices determinam um reajuste de 55%, mas a empresa só tem condições de conceder 35%, mantendo o mesmo quadro de pessoal, o que se pode fazer quando a lei é muito rígida?" questionou ele.

"SEGURANÇA"

O presidente da Associação Comercial de São Paulo disse ainda que o novo panorama criado com a emenda tranquilizaria mais os trabalhadores, que teriam mais segurança no seu planejamento, sem precisar manter reservas para um eventual período de desemprego. Isso, afirmou Afif Domingos, ajudaria também o comércio, que poderia reativar as vendas.

No Rio de Janeiro, o presidente do Clube de Diretores Lojistas, Silvio Cunha, hipotecou total apoio à proposta do senador Jutahy Magalhães, no sentido de os trabalhadores firmarem acordos coletivos diretamente com os empregadores, "prática que permitiria acertos de interesses fora das normas estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho".

Segundo Silvio Cunha, "o efeito prático imediato da proposta seria a possibilidade de eliminação da obrigatoriedade do emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor nos reajustes salariais, uma vez que os acordos passariam a ser feitos diretamente entre os empregadores e empregados, estes representados pelo sindicato da categoria".

O presidente do CDL carioca afirmou que "têm sido inúmeros os empregados dispostos a abrir mão dos aumentos determinados pelo INPC para manter o emprego, o que prova que é melhor levar pouco dinheiro do que não levar nada". Na sua opinião a melhor forma de reduzir o processo inflacionário é por meio da redução do custo operacional das empresas e "isso não poderá acontecer enquanto for mantida a atual política salarial medida pelo INPC".

Silvio Cunha disse, ainda, que as classes empresariais do Rio, principalmente do comércio, estão receptivas à proposta defendida pelo senador balano, o mesmo acontecendo com as categorias de trabalhadores.

"NUNCA ENTROU EM FÁBRICA"

"Estamos vendo propostas partirem de pessoas que nunca entraram em uma fábrica." Assim o industrial Edgar Julius Arp, vice-presidente

da Confederação Nacional da Indústria, qualificou a emenda do senador, que permite que os acordos coletivos que contrariam a lei salarial possam ser registrados nos órgãos do Ministério do Trabalho, possibilitando o reajuste salarial desvinculado da semestralidade.

Para Edgar Arp, que também preside o Sindicato da Indústria Têxtil do Rio de Janeiro, não é o sistema de reajuste semestral de salários que está prejudicando as empresas, e sim as elevadas taxas de inflação. Ele mencionou que algumas empresas do sul do País têm como hábito conceder reajustes trimestrais de salários a seus empregados, prática estabelecida antes mesmo da instituição do reajuste semestral obrigatório.

"É preciso derrubar de vez com a inflação e, para isso, é fundamental acabar com os desvarios das empresas governamentais", assinalou o vice-presidente da CNI. Edgar Arp manifestou-se inteiramente de acordo com as proposições do ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões, para um tratamento de choque na inflação, a fim de provocar o brusco declínio de suas taxas.

Já o presidente do Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, Joel Alves de Oliveira, classificou como "um absurdo" a iniciativa do parlamentar balano, dizendo que, "com essa medida, o ilegal será transformado em legal". Segundo ele, "em uma situação de crise, com a inflação superior a 100%, reduzir os salários dos trabalhadores é inconcebível", ainda mais quando "não haverá defesa para os assalariados, que não têm poder de barganha". Também o tesoureiro do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Rui Sá Silva Barros, afirmou discordar da emenda, "favorável somente aos empresários", pois, sem poder para negociar, "os trabalhadores fatalmente terão seus salários bastante reduzidos". Disse, ainda, que "não será por meio de reajustes inferiores ao INPC que mais empregos serão criados, uma vez que o País vive uma conjuntura recessiva".

Apesar das posições contrárias, tanto as entidades de trabalhadores quanto as de empresários informaram ontem que a emenda proposta por Jutahy Magalhães será analisada pelos departamentos técnicos.